

ATRAVESSAMENTOS E REFLEXÕES

Este trabalho se propôs a contribuir com a História Social das Mulheres, em especial, registrar a história de mulheres carangolenses no que diz respeito às suas relações com o casamento e à violência doméstica e conjugal. Ao longo da pesquisa e da escrita deste livro, buscou-se problematizar a violência contra as mulheres e a “precariedade de suas vidas” (Butler, 2018). Vê-se que as participantes deste estudo lidam, silenciadas, com a violência de gênero e ficam expostas às condições de vulnerabilidade, de adoecimento e de risco de morte, sujeitando-se a diversos tipos de violações. Trata-se de um modo de vida condicionado ao domínio de alguém e que se materializa no poder e controle exercido pelos agressores.

Notadamente, este estudo enfocou a especificidade de analisar a violência de gênero sob a perspectiva de uma cidade de pequeno porte, o que implica no exame de aspectos diferenciados, como o tipo de sociabilidade da comunidade estudada e a estrutura de atendimento/acolhimento disponível para as mulheres que vivem ou viveram situações de violência. Especificamente, buscou-se identificar características do patriarcado nessa cidade; investigar as relações de poder existentes nos espaços privados e estudar os mecanismos de manutenção ou ruptura das relações conjugais.

Após o estudo dos dez casos já discutidos ao longo deste texto, pode-se afirmar que o patriarcado, enquanto sistema de dominação, persiste e influencia as relações entre as pessoas da comunidade. Na cidade de Carangola, palco do estudo, o patriarcado se traveste em julgamentos moralistas, vincula-se à noção de vingança e defesa da honra masculina e

se utiliza da fofoca como ferramenta para manter as relações interpessoais sob constante vigilância. Nesse estratégia, mantém o domínio do homem sobre a mulher nos espaços privados e, sob a égide do medo e da vergonha, elas emudecem. Os relatos aqui apresentados demonstram como as violências estão presentes na vida das dez mulheres entrevistadas. Por isso, assevera-se que a violência consiste em uma força estruturadora das relações de gênero em Carangola, exercida preferencialmente sobre as mulheres.

Ao concluir esta pesquisa, pode-se dizer ainda que há alto índice de violência velada na cidade, socialmente fechada no espaço doméstico. Ainda se mantém na região a ideia de que o ambiente privado é o local do adestramento social da mulher, espaço restrito para seu "reinado" de sofrimento, humilhações e dores silenciadas. Conforme afirma Lia Zanotta Machado (2016, p. 11), "é necessário mudar essa cultura de macho como proprietário de uma mulher", pois é movido por esse propósito que as agressões acontecem. Especificamente no que se refere ao tipo de sociabilidade de Carangola, as narrativas apresentadas demonstram que existe relação entre essa característica da comunidade e a violência silenciada no interior dos lares carangolenses.

Ressalta-se que o silenciamento é a variável de análise que se fez protagonista neste estudo. Isso porque esteve presente nas narrativas das entrevistadas e na dificuldade que tiveram em relatar suas vivências no contexto de violência, passando, por anos, em situações de subalternidade. O silenciamento também se mostrou protagonista nos questionários aplicados, tanto naqueles que não foram respondidos quanto

naqueles em que as respostas visavam burlar a constatação da violência sofrida pelas respondentes. Por conta disso, uma pergunta se faz pungente: o silêncio é uma forma de expressão da mulher carangolense que vive em contexto de violência de gênero?

Os registros dos relatos são mostras de que este trabalho não pretende corroborar com o silenciamento da violência. Eles representam espaços de escuta e de fala que buscam evitar o equívoco de manter inalterada a estrutura de colonialidade do poder.⁵² Levam a pensar na maneira como se dá essa escuta de forma a não se limitar ao exercício de cumplicidade com os sistemas hegemônicos de poder. O que se pretende é promover uma crítica e até mesmo um apelo para que, por meio dessas histórias e dos dados aqui apresentados, sejam empreendidas reflexões teóricas e práticas de modo que façam a diferença na vida das mulheres que vivem a realidade da violência doméstica e/ou conjugal. Que as realidades obscurecidas pelo silenciamento sejam apropriadas e não emudecidas pela indiferença e pelo conformismo social. A mudança é difícil e lenta, mas é necessário iniciá-la.

Gayatri Spivak (2010), teórica feminista pós-colonial, critica o uso da subalternidade e do discurso vitimizante para criar uma figura fetichizada e exotizada que congele o sujeito

52 Nas relações de poder, os atributos referentes ao sexo e à idade tiveram papel central na classificação das pessoas. Nos países colonizados, sobretudo na América, o fenótipo agregou-se a tais atributos, consistindo em uma ferramenta de segregação. Sobre o assunto, ver: QUIJANO, Anibal. *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*. In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. 3. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2005.

subalterno⁵³ no espaço excludente e destituído de possibilidade de poder. Para a autora, a condição de subalterno é mais penosamente atribuída ao gênero feminino, já que “mulher como subalterna, não pode falar e quando tenta fazê-lo não encontra os meios para se fazer ouvir” (Spivak, 2010, p. 15). A teórica indiana chama a atenção para o papel que os intelectuais e pesquisadores assumem ao falar pelo outro e mantê-lo na subalternidade, e afirma ainda que estimular e assumir trabalhos de escuta evitaria esse tipo de equívoco, que acaba ensejando o que ela nomeia como “violência sistêmica”. Ou seja, manter as mulheres em situação de violência nessa condição faz com que permaneçam inalteradas as estruturas da colonialidade do poder, inviabilizando suas ações e impingindo-lhes o silenciamento.

Segundo a autora, a condição de subalternidade “é pior para a mulher pobre e negra” (Spivak, 2010, p. 85), pois faz com que ela permaneça no espaço periférico demarcado ideologicamente a ela e seu silêncio seria uma forma de resistência. Quando a autora questiona: “pode a mulher subalterna falar?”, ela está expondo que para as mulheres negras o poder de fala é mais penoso. De fato, no estudo apresentado neste livro, a maioria das mulheres entrevistadas é negra, corroborando com o que afirma a literatura feminista e as pesquisas, como o Mapa da Violência (Waiselfisz, 2015).

53 A autora considera como subalterno aquele pertencente “às camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante” (Spivak, 2010, p. 15).

Este livro também atenta para a perspectiva interseccional entre raça, classe e geração, haja vista que entre os dez casos apresentados seis envolvem mulheres negras, corroborando com a ideia de que a categoria "interseccionalidade" é essencial para se compreender as dinâmicas sociais que impactam a vida das mulheres, sobretudo ao problematizar como as opressões de raça, etnia e classe se articulam ao gênero na perpetuação da violência contra as mulheres, agravada pelo sexismo marcado pela supremacia masculina. Essa noção encontra terreno fértil em regiões interioranas do país, nas quais os desejos sobre o controle dos corpos e suas subjetividades são ainda mais fortes, sustentado por valores tradicionais.

Vive-se a persistência do poder patriarcal constantemente convertido e amparado no reducionismo da "ideologia de gênero", forte manobra atual para ampliar seus tentáculos em diversos segmentos da sociedade. E, assim, a cultura da violência de gênero é historicamente alimentada, sobretudo pelo desejo de controle sobre os corpos e as suas subjetividades, e se manifesta nos inúmeros casos de violência a que assistimos todos os dias ao nosso redor, pelos noticiários televisivos ou pelas redes sociais.

Constatou-se que a realidade dessas mulheres não difere daquelas de outras partes do mundo ocidental, pois passam o adiestramento para o matrimônio, bem como a crença fundada no amor e nos afetos, que originam uniões indissolúveis e a convivência com um cotidiano de opressão e vidas precarizadas. A cidade de Carangola, que protagonizou este estudo, tem experimentado as dores de perder mulheres

para a violência de gênero em casos de feminicídio que, num primeiro momento, alcançam comoção popular e revolta, mas, paradoxalmente, ainda se amparam em justificativas que minimizam a ação dos agressores e culpabilizam as vítimas. Posteriormente, esses crimes caem no esquecimento. Ninguém sequer considera como está sendo a vida das filhas e dos filhos das mulheres que foram vítimas de feminicídio.

Em apresentação dos dados deste estudo em palestra realizada em 2020, na Unidade da Universidade do Estado de Minas Gerais, em Carangola, uma promotora de justiça, membro do Ministério Público, mencionou que, desde que entrou em vigor a Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015 (Brasil, 2015), que prevê o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio e inclui o feminicídio como crime hediondo, ocorreram quatro julgamentos na Comarca de Carangola de crimes com essa tipificação. Em apenas um deles, ocorrido em 2019, o denunciado foi considerado culpado de ter cometido feminicídio. Nos outros três casos, a sentença não mencionou tal circunstância qualificadora. Destaca-se a participação de mulheres compondo o júri em todos os julgamentos. Isso demonstra que os jurados, representantes da sociedade carangolense, não vislumbram a necessidade de reconhecer a violência de gênero como agravante para os crimes cometidos contra as mulheres.

Espera-se que esta obra contribua com a historiografia, ao demonstrar a realidade da violência contra a mulher que reside em cidades interioranas, onde é escasso o acesso à rede de apoio e o enfrentamento da violência, e onde o casamento ainda é visto como fator de ascensão social,

perpetuando vivências femininas em contextos de relações conjugais opressoras. Acredita-se que os resultados deste estudo possam direcionar mecanismos de enfrentamento da violência doméstica e de fornecimento de garantias à integridade das mulheres, especificamente na cidade pesquisada, de maneira a permitir o desenvolvimento de programas e políticas públicas voltadas para a educação relacionadas à equidade de gênero. Aspira-se, ainda, que este trabalho seja impulsionador de parcerias entre instituições de ensino, como a Universidade do Estado de Minas Gerais, que mantém uma unidade na cidade de Carangola, e o poder público, para fomentar ações que visem reduzir a exposição das mulheres às situações de violência e de discriminação, considerando as diversidades econômicas, culturais, sociais, étnicas/raciais e de orientação sexual.